CAPÍTULO 1

LINGUAGEM, PODER E DISCRIMINAÇÃO

Introdução

A linguagem não é usada somente para veicular informações, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive. As pessoas falam para serem "ouvidas", às vezes para serem respeitadas e também para exercer uma influência no ambiente em que realizam os atos lingüísticos. O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato lingüístico (Bourdieu, 1977). Os casos mais evidentes em relação a tal afirmação são também os mais ex-

tremos: discurso político, sermão na igreja, aula, etc. As produções lingüísticas deste tipo, e também de outros tipos, adquirem valor se realizadas no contexto social e cultural apropriado. As regras que governam a produção apropriada dos atos de linguagem levam em conta as relações sociais entre o falante e o ouvinte. Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que "saber": a) quando pode falar e quando não pode, b) que tipo de conteúdos referenciais lhe são consentidos, c) que tipo de variedade lingüística é oportuno que seja usada. Tudo isto em relação ao contexto lingüístico e extralingüístico em que o ato verbal é produzido. A presença de tais regras é relevante não só para o falante, mas também para o ouvinte, que, com base em tais regras, pode ter alguma expectativa em relação à produção lingüística do falante. Esta capacidade de previsão é devida ao fato de que nem todos os integrantes de uma sociedade têm acesso a todas as variedades e muito menos a todos os conteúdos referenciais. Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade "culta" ou "padrão", considerada geralmente "a língua", e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um "corpus" definido de valores, fixados na tradição escrita.

Uma variedade lingüística "vale" o que "valem" na sociedade os seus falantes, isto é, vale

como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos "internos", quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos "externos" pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava a posição mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês. O passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e "cultural". A diferenciação política é um elemento fundamental para favorecer a diferenciação lingüística. As línguas européias começaram a ser associadas à escrita dentro de restritos ambientes de poder: nas cortes de príncipes, bispos, reis e imperadores. O uso jurídico das variedades lingüísticas foi também determinante para fixar uma forma escrita. Assim foi que o falar de Île-de-France passou a ser *a* língua francesa, a variedade usada pela nobreza da Saxônia passou a ser *a* língua alemã, etc.

O caso da história do galego-português é significativo neste sentido. Os caracteres mais específicos do português foram acentuados talvez já no século XII. Esta tendência a reconhecer os caracteres mais específicos das línguas semelhantes pode ser acentuada, como foi no caso do português e do galego, quando a região de uso de uma das duas variedades lingüísticas constitui um centro poderoso, como foi a Galícia, desde o século XI. A língua literária chamada galego-

português que se difundiu na Península Ibérica a partir do século XII era a expressão, no plano lingüístico, do prestígio de Santiago de Compostela.

A associação entre uma determinada variedade lingüística e a escrita é o resultado histórico indireto de oposições entre grupos sociais que eram e são "usuários" (não necessariamente falantes nativos) das diferentes variedades. Com a emergência política e econômica de grupos de uma determinada região, a variedade por eles usada chega mais ou menos rapidamente a ser associada de modo estável com a escrita. Associar a uma variedade lingüística a comunicação escrita implica iniciar um processo de reflexão sobre tal variedade e um processo de "elaboração" da mesma. Escrever nunca foi e nunca vai ser a mesma coisa que falar: é uma operação que influi necessariamente nas formas escolhidas e nos conteúdos referenciais. Nas nações da Europa Ocidental a fixação de uma variedade na escrita precedeu de alguns séculos a associação de tal variedade com a tradição gramatical grecolatina. Tal associação foi um passo fundamental no processo de "legitimação" de uma norma. O conceito de "legitimação" é fundamental para se entender a instituição das normas lingüísticas. A legitimação é "o processo de dar 'idoneidade' ou 'dignidade' a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita" (Habermas, 1976). A partir de uma determinada tradição cultural, foi extraída e definida uma variedade lingüística usada, como já dissemos, em grupos de poder, e tal variedade foi reproposta como algo de central na identidade nacional, enquanto portadora de uma tradição e de uma cultura.

Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e "neutras", também o código aceito "oficialmente" pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder. M. Bakhtin e V. Volóshinov em sua obra de 1929 apontavam quatro princípios orientadores de uma típica visão "oficial" e conservadora da linguagem dentro da tendência que ele chamava de "objetivismo abstrato":

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas lingüísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta.

2. As leis da língua são essencialmente leis lingüísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos lingüísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.

3. As ligações lingüísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros). Não se encontra, na base dos fatos lingüísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.

4. Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. *Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si.* (1979: 68).

Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos cidadãos não tem acesso ao código, ou, às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela "norma pedagógica" ali ensinada. Apesar de fazer parte da experiência de cada um, o fato de as pessoas serem discriminadas pela maneira como falam, fenômeno que se pode verificar no mundo todo, no caso do Brasil não é difícil encontrar afirmações de que aqui não existem diferenças dialetais. Relacionado com este fato está o da distinção que se verifica no interior das relações de poder entre a norma reconhecida e a capacidade efetiva de produção lingüística considerada pelo falante a mais próxima da norma. Parece que alguns níveis sociais, especialmente dentro da chamada pequena burguesia, têm tendência à hipercorreção no esforço de alcançar a norma reconhecida. Talvez não seja por acaso que, em geral, o fator da pronúncia é considerado sempre como uma marca de proveniência regional, e às vezes social,

sendo esta a área da produção lingüística mais dificilmente "apagada" pela instrução.

A separação entre variedade "culta" ou "padrão" e as outras é tão profunda devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, como já dissemos, e é associada à tradição gramatical; é inventariada nos dicionários e é a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional. É este o resultado histórico de um processo complexo, a convergência de uma elaboração histórica que vem de longe.

1. Uma perspectiva histórica

Associar a uma determinada variedade lingüística o poder da escrita foi nos últimos séculos da Idade Média uma operação que respondeu a exigências políticas e culturais. Eram grandes as diferenças entre as variedades lingüísticas correntes e o latim, modelo de língua e de poder, na Europa da Idade Média. As variedades lingüísticas associadas com a escrita passaram por um claro processo de "adequação" lexical e sintática, no qual o modelo era sempre o latim. Nas obras de Rei Alfonso X, que "traduzia" no século XIII do latim para o castelhano, encontramos constantemente termos emprestados do latim e introduzidos na variedade usada com uma explicação anexa: *tirano, que quiere dezir rey cruel*. Colocar uma variedade oral nos moldes da língua escrita (tendo em vista a complexidade do latim) foi operação complexa, principalmente na sintaxe. Na área das conjunções e da subordinação,

por exemplo, até o estabelecimento de expressões do tipo "apesar de", "a fim de", etc., o processo foi demorado. Nos textos mais antigos as ambigüidades que muitas vezes encontramos são devidas exatamente ao fato de que umas construções usadas na língua escrita estavam ainda em fase de elaboração e definição. As línguas românicas levaram tempo para chegar a ser variedades escritas de complexidade comparável à do modelo a que visavam, o latim.

A segunda etapa no processo de fixação de uma norma foi constituída pela associação da variedade já estabelecida como língua escrita com a tradição gramatical greco-latina. A tradição gramatical até o começo da idade moderna era associada somente com as duas línguas clássicas.

O pensamento lingüístico grego apontou o caminho da elaboração ideológica de legitimação de uma variedade lingüística de prestígio. Desde o "legislador" platônico que impõe e escolhe os nomes apropriados dos objetos, até chegar à tradição gramatical divulgada, estruturada talvez na época alexandrina, a elaboração da ideologia e da reflexão relativas à linguagem foi constante. Na nossa perspectiva atual, nos primórdios desta tradição da especulação lingüística se coloca Platão e a visão quase que mítica de um originário escolhedor de nomes que atribuía os nomes apropriados aos objetos. Tal visão estava ainda longe do processo de elaboração nos moldes conceituais dentro dos quais foi colocada a língua grega na idade alexandrina, e mais tarde a língua latina. Era inspirada porém pela atitude de total confiança no valor da língua ática, que

merecia mitos de origem e especulação lógico-filosófica.

Somente com o começo da expansão colonial ibérica, na segunda metade do século XV, e com a estruturação definitiva dos poderes centrais dos estados europeus, os moldes da gramática greco-latina (segundo a tradição de sistematização de Dionísio de Trácia) foram utilizados para valorizar as variedades lingüísticas escritas, já associadas com os poderes centrais e/ou com as regiões economicamente mais fortes. A afirmação de uma variedade lingüística era, no caso da Espanha e de Portugal do fim do século XVI, uma dupla afirmação de poder: em termos internos, em relação às outras variedades lingüísticas usadas na época que eram quase que automaticamente reduzidas a "dialetos" e, em termos externos, em relação às línguas dos povos que ficavam na área de influência colonial. Na introdução da primeira gramática de uma língua diferente das duas línguas clássicas, a da língua castelhana, de Antonio de Nebrija (1492), encontramos as justificativas da existência da mesma gramática. Tais justificativas são colocadas em termos de utilidade da sistematização gramatical para a difusão da língua entre os povos "bárbaros". No contexto da corrida para as conquistas coloniais e da concorrência entre Espanha e Portugal é facilmente explicável o fato de que começasse a ser elaborada para a língua portuguesa uma construção ideológica para elevá-la e para ordená-la nos moldes gramaticais. Fernão de Oliveira, na introdução da sua gramática de 1536, mencionava a expansão da língua portuguesa entre os povos das terras

descobertas e conquistadas. Foi João de Barros, porém, que realmente considerou o papel da língua portuguesa na expansão colonial. O que é relevante aqui é evidenciar que nem Nebrija, nem Fernão de Oliveira, nem João de Barros perceberam a operação da qual eles estavam participando em termos de uso interno da variedade "gramaticalizada". A língua era um instrumento cujo poder nas relações externas era reconhecido; os autores, porém, não mencionavam o instrumento de poder interno, apesar de termos alguns indícios também nesta direção. Assim, Nebrija escrevia na introdução da sua gramática: "a língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum". João de Barros, quase cinqüenta anos depois, apresentava uma visão mais articulada: a língua é para ele (no *Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*) um instrumento para a difusão da "doutrina" e dos "costumes", mas não é somente instrumento de difusão, pois "as armas e padrões portugueses [...] materiais são e pode-os o tempo gastar, pero não gastará a doutrina, costumes e a linguagem que os Portugueses nestas terras deixaram". Quer dizer, a língua será o instrumento para perpetuar a presença portuguesa, também quando a dominação acabe.

A legitimação é um processo que tem como componente essencial a criação de mitos de origem. Assim, quando a gramática das línguas românicas foi instituída como um dos instrumentos de legitimação do poder de uma variedade lingüística sobre as outras, desenvolveu-se toda uma perspectiva ideológica visando a justificá-la. Desde a metade do século XVI, começou uma corrida dos letrados e dos humanistas para conseguir demonstrar genealogias míticas para as línguas das casas reinantes às quais serviam. Johan Van Gorp Becan, de Antuérpia, propunha em 1569 que todas as línguas fossem derivadas das línguas germânicas e Guillelm Posters e Stefano afirmavam que a língua dos antigos gauleses era a originária, para demonstrar a propriedade do francês. O valor do instrumento da linguagem era claramente apreciado no século XVI e a construção de aparato mítico-ideológico em torno das línguas de "cultura" foi um empenho sério dos letrados e humanistas.

Leite de Vasconcelos (1931, p. 865), referindo-se à história da tradição gramatical e filológica portuguesa entre o século XVI e a idade pombalina, escreveu que "este período da nossa filologia pode caracterizar-se pelo seguinte: preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa... e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível".

A língua dos gramáticos é um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade. Duarte Nunes de Leão, na *Origem da Língua Portuguesa* (1606) escrevia: "E por a muita semelhança que a nossa língua tem com ella (a latina) e que he a maior que nehũa língua tem com outra, & tal que em muitas

palavras & periodos podemos fallar, que sejão juntamente latinos & portugueses". Falando de tal semelhança, Nunes de Leão se refere, na realidade, ao produto lingüístico do trabalho literário e gramatical, à língua "construída" durante séculos de elaboração contínua para ser utilizada como língua do poder político e cultural. Por isto ele aponta a "bom uso" lingüístico da corte e alerta contra as possíveis influências negativas de proveniência plebéia.

A distância entre a língua codificada na gramática e a realidade da variação devia ser enorme já na época em que a associação entre uma variedade e a escrita, antes, e a tradição gramatical, depois, foram realizadas. M. Bakhtin-V. Voloshinov aponta as relações entre a sistematização formalista e a produção cultural:

> Os criadores — iniciadores de novas correntes ideológicas — nunca sentem necessidade de formalizar sistematicamente. A sistematização aparece quando nos sentimos sob a dominação de um pensamento autoritário aceito como tal. É preciso que a época de criatividade acabe: só aí é que então começa a sistematização-formalização; é o trabalho dos herdeiros e dos epígonos dominados pela palavra alheia que parou de ressoar. A orientação da corrente em evolução nunca pode ser formalizada e sistematizada. Esta é a razão pela qual o pensamento gramatical formalista e sistematizante desenvolveu-se com toda plenitude e vigor no campo das línguas mortas e, ainda, somente nos casos em que essas línguas perderam, até certo ponto, sua influência e seu caráter autoritário sagrado. A reflexão lingüística de caráter formal-sistemático foi inevitavelmente coagida a adotar em relação às línguas vivas uma posição conservadora e acadêmica, isto é, a tratar a língua viva como se fosse algo acabado, o que implica uma atitude hostil em relação a todas as inovações lingüísticas. (1979: 89)

No Brasil, ainda não conhecemos (cientificamente) os fatores das classes mais cultas, de modo que a norma presente nas gramáticas é um conjunto de opiniões sobre *como* a língua *deveria* ser, segundo os gramáticos. Antônio Houaiss escrevia em 1960, p. 73, citado por Castilho, 1973: "a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente o que é e como é a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarrecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva". Um projeto que visa a reconhecer as características da norma culta do Brasil está sendo desenvolvido atualmente (Castilho, 1973). Em relação a este desconhecimento da efetiva realidade lingüística do país, podem ser lembradas as tendências de raiz romântica, que durante muitas décadas propunham a idéia de uma língua "brasileira", a ser defendida e cultivada. Talvez tenha sido José de Alencar o intelectual mais conhecido que defendeu nos seus escritos, implícita e explicitamente, a idéia de língua "brasileira". As idéias de Alencar são influenciadas por uma perspectiva nativista segundo a qual a língua "brasileira" deveria se adequar à "simplicidade" de pensamento e da expressão do índio e do sertanejo. Como escreveu Silvio Elia (1978, pp. 113-135):

Quem não sentirá latejar por detrás de tal afirmação o mito do homem em estado natural de Rousseau, ainda não corrompido pelas instituições sociais? Foi essa mesma concepção romântica do povo-dono-da-língua, aliada à doutrina naturalista da evolução fatal e irreversível dos acontecimentos sociais que gerou a escola da "língua brasileira", novo rebento neolatino alimentado nestas plagas do Atlântico. Assim como o povo simples e cheio de vida das épocas pretéritas havia feito o português sair do latim, assim também a nossa gente inculta, mas boa e virtuosa do interior, estaria fazendo brotar do velho português d'além-mar o juvenil e espontâneo brasileiro das Américas. Um dos mais entusiasmados representantes dessa corrente chegou a distinguir entre a língua dos doutores e a do povo, dando naturalmente primazia a esta sobre aquela. Era o mito de uma língua "natural" autêntica, a fluir livremente dos lábios puros, isto é, incultos, do homem do povo, em contraposição à linguagem artificial dos doutos, coisa morta...

Na segunda metade do século passado e nas primeiras décadas do presente século o interesse que muitos intelectuais brasileiros manifestaram pela língua tupi originava-se na tendência que procurava valorizar ao máximo os reduzidos rastros lexicais deixados pelas línguas indígenas na língua "brasileira". Não mostravam muito interesse, porém, pela presença mais ampla de origem africana na língua. Ainda uma vez o interesse estava em construir um mito de origem para a língua, e para este fim a "nobre" imagem do antigo índio — construída na Europa iluminista e herdada pelo Romantismo — era muito mais aproveitável, já que extinta e longe da realidade, do que a imagem do negro, escravo ou não, viva e presente na vida cotidiana, e associada a um português socialmente marcado.

2. Uma perspectiva lingüística

Os dicionários, inventário dos signos "legitimados", forneceram aos vocábulos aí recolhidos uma existência abstrata que os torna totalmente diferentes dos signos excluídos do inventário. No entanto, as palavras não têm realidade fora da produção lingüística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas. Isto é tão verdadeiro que a identidade da forma através das variações dos contextos pode passar despercebida. Entender não é reconhecer um sentido invariável, mas "construir" o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece. Os dicionários são instrumentos centrais no processo chamado de *Estandardização* que constitui um dos aspectos lingüísticos do processo mais amplo da "legitimação". Os dicionários estão geralmente em relação complexa e talvez "dialética" com a literatura aceita e em geral com o que é considerado o "corpus" escrito de uma língua, na medida em que não só sancionam a aceitação de itens lexicais já produzidos na língua, mas também constituem a base de futuras aceitações. Os dicionários fornecem definições "ex cathedra" do conteúdo referencial de inúmeras palavras altamente relevantes na sociedade. Gramáticas e dicionários podem ser, como no caso de várias línguas européias, produzidos por academias nacionais de letras ou da língua. Tais academias podem ter tido ou manter até o presente uma complexa função de intermediárias entre o poder político e econômico, de um lado, e o conjunto de valores e ideologias a serem associados ou já associados

com a língua. As academias podem interferir ao chamar a atenção da nação para obras literárias e ao selecionar o léxico "aceitável" da língua e a gramática "oficial". Quando em 1779 foi fundada em Lisboa a *Academia Real das Ciências*, foram indicados como objetivos a elaboração de um dicionário e de uma gramática oficiais.

O poder das palavras é enorme, especialmente o poder de *algumas* palavras, talvez poucas centenas, que encerram em cada cultura, mais notadamente nas sociedades complexas como as nossas, o conjunto de crenças e valores aceitos e codificados pelas classes dominantes. Se pensarmos em palavras como *progresso*, por exemplo, podemos constatar que exprimem certos conteúdos ideológicos cuja origem é historicamente identificável. *Progresso* é uma palavra relativamente recente cuja efetiva definição variou através das diferentes situações históricas pelas quais o país passou. Assim, se a forma das palavras ficou igual a si mesma, quantos foram os diferentes conteúdos a elas atribuídos? Isto aconteceu com muitas palavras-chaves da cultura ocidental do século XX como *democracia*, *ditadura*, etc. Na variedade padrão, então, são introduzidos conteúdos ideológicos, relativamente simples de manipular, já que as formas às quais estão associados ficam imobilizados favorecendo, assim, quase que uma comunicação entre grupos de iniciados que sabem qual é o referente conceitual de determinadas palavras, e assegurando que as grandes massas, apesar de familiarizadas com as formas das palavras, fiquem, na realidade, privadas do conteúdo associado.

A linguagem pode ser usada para impedir a comunicação de informações para grandes setores da população. Todos nós sabemos quanto pode ser entendido das notícias políticas de um Jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação. A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações: estas podem ser entendidas somente pelos ouvintes já iniciados não só na linguagem padrão mas também nos conteúdos a elas associados. Assim, também, se a televisão e o rádio alcançam uma enorme difusão, a comunicação de notícias e informações fica restrita a grupos relativamente reduzidos entre os que têm acesso aos instrumentos de tais comunicações.

Nas sociedades complexas como as nossas, é necessário um aparato de conhecimentos sócio-políticos relativamente amplo para poder ter um acesso qualquer à compreensão e principalmente à produção das mensagens de nível sócio-político. Adquirir os conhecimentos relevantes e produzir mensagens está ligado, em primeiro lugar, à competência nos códigos lingüísticos de nível alto. Para reduzir ou ampliar a faixa dos eventuais receptores das mensagens políticas e culturais é suficiente ajustar a sintaxe, o quadro de referências e o léxico. Uma construção sintática mais complexa pode ser suficiente para dirigir a um grupo mais restrito uma mensagem encaixada de dentro de um discurso de nível geral muito mais acessível.

Em um recente trabalho (Lemle, M., Naro A. J., 1977) no qual foi estudada a complexidade sin-

tática na fala de sujeitos de classe social baixas (mobralenses) do Rio de Janeiro, lemos nas conclusões (p. 145):

> 1) Em termos de competência lingüística de que já dispõe pelo domínio da língua falada, o adulto alfabetizado não deverá ter maiores dificuldades em tornar-se um leitor de variedades da língua escrita equivalentes em complexidade à das histórias em quadrinhos, fotonovelas e (boa parte de) a literatura nacional.
>
> 2) Na leitura dos jornais, encontrará uma percentagem *pequena* de sentenças de complexidade maior do que aquelas que estão dentro dos seus limiares superiores de uso.

Isto simplesmente em termos de complexidade sintática, mas quantos seriam os fatores lexicais e de conteúdo que, além das construções sintáticas, poderiam dificultar a comunicação?

Como já notamos, o problema é, por um lado, de compreensão de mensagens e conteúdos e, por outro lado, de produção de mensagens. A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder. Para redigir um documento qualquer de algum valor jurídico é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas.

Este aspecto específico da linguagem usada nos documentos jurídicos é semelhante ao fenômeno lingüístico das linguagens especiais, constituídas em geral de léxicos efetivamente especiais usados nas estruturas gramaticais e sintáticas das variedades lingüísticas utilizadas na comunidade. A função central de todas as linguagens especiais é social: elas têm um real valor comunicativo mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade lingüística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial. A função de comunicação secreta (defesa do ambiente externo) e de conservação de noções e tecnologias das quais o grupo mais restrito é portador é estritamente associada à função central das linguagens especiais. Existem linguagens especiais (no sentido de léxicos especiais) reservadas não tanto a determinados ambientes sociais quanto a ocasiões determinadas (jogos, atividades esportivas, etc.).

Típicas linguagens especiais são as gírias de malandros e semelhantes, das quais existem muitos léxicos compilados desde o século passado em Portugal e no Brasil. Na realidade, entre tais linguagens e jargões profissionais, dos físicos, por exemplo, é difícil apontar uma *discriminante* em termos lingüísticos e de função social. Os jargões profissionais podem ser às vezes muito conservadores e às vezes mais inovadores. É comum que uma língua especial faça uso de léxico proveniente de alguma língua estrangeira ou externa à língua da comunidade e também de léxico elaborado pelos integrantes do grupo restrito e às vezes constantemente renovado, para poder manter a

função central da linguagem especial, de definir o grupo em relação ao ambiente lingüístico em que vive.

Para as gírias e os jargões é também relevante considerar o universo conceitual e referencial em relação ao qual existem. É claro que não é suficiente "conhecer" o léxico para entender uma mensagem em gíria ou em jargão. É necessário ser de alguma forma "interno" aos conteúdos referenciais para entender algo das mensagens. Neste aspecto, as gírias e os jargões podem ser comparados aos usos mais específicos da variedade padrão de uma língua associados com as comunicações, mais relevantes em termos de poder: comunicações jurídicas, econômicas, políticas, etc., quase que impenetráveis às grandes massas, não só pela variedade lingüística usada para transmiti-las, mas também pela complexidade e especificidade dos conteúdos dos referenciais transmitidos. Os dois aspectos não são independentes; as variedades padrões são como são, também porque foram desde vários séculos o código em que certos tipos de informações foram codificadas e muitas informações puderam ser transmitidas e elaboradas, a partir do fato de que existia uma variedade lingüística adequada.

3. Gramática normativa e discriminação

Por que nas últimas décadas a discussão e o questionamento da natureza e da própria existência de uma norma lingüística veio a ser tema tão freqüente para os lingüistas e os educadores?

Talvez exista uma contradição de base entre ideologia democrática e a ideologia que é implícita na existência de uma norma lingüística. Segundo os princípios democráticos nenhuma discriminação dos indivíduos tem razão de ser, com base em critérios de raça, religião, credo político. A única brecha deixada aberta para a discriminação é aquela que se baseia nos critérios da linguagem e da educação. Como existe uma contradição de base entre a idéia fundamental da democracia, do valor intrinsecamente igual dos seres humanos, e a realidade na qual os indivíduos têm um valor social diferente, a língua, na sua versão de variedade normativa, vem a ser um instrumento central para reduzir tal conflito. Daí a sua posição problemática e incômoda de mediadora entre democracia e propriedade.

Em lingüística a posição antinormativa foi estabelecida como uma visão abstrata segundo a qual todos os dialetos têm um valor intrínseco igual em termos estritamente lingüísticos. Este credo, que tem suas raízes na tendência que M. Bakhtin-V. Voloshinov (1929) chamou de "objetivismo abstrato", aprofundou a distância entre os lingüistas e os professores de língua. Os lingüistas, como conseqüência desta posição abstrata que assumiram, ficaram quase que por um acaso teórico, eu diria, ao lado dos credos democráticos, contra a visão, generalizada e enraizada na sociedade, da desigualdade entre língua padrão, de um lado, e os falares ou "dialetos" do outro.

A gramática normativa escrita é um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram

explicitamente ou declaradamente autoritárias e centralizadas.

Nas democracias, as pessoas que têm que tomar decisões para a coletividade têm o poder de tomar tais decisões legitimado de alguma forma com base no saber de que elas dispõem: o princípio seria de que o saber necessário para tomar decisões coletivas é diferente em qualidade e em quantidade do saber necessário para tomar decisões de valor ou alcance individual ou familiar. Para tomar tais decisões é necessário conhecer noções úteis para a subsistência diária. Ao contrário, no saber considerado relevante para legitimar decisões de caráter público, é importante uma componente de saber que não tem aplicações práticas, tal como filosofia, história, línguas clássicas, literatura. Estas áreas de saber e de atividade intelectual estão em relação estrita com a verbalização e a expressão lingüística em geral, e a retórica em particular.

Na fase de definição do conceito e da função da norma lingüística para as línguas das monarquias européias, fase que coincidiu com a época histórica de fortalecimento das grandes monarquias, foi o saber clássico que foi usado para dar valor e credibilidade às gramáticas dos falares "vulgares" e para expandir os léxicos através de uma quantidade de empréstimos do Latim e do Grego.

O *corpus* de conhecimento constituído pela tradição clássica, não utilitário em sentido trivial, está associado com a virtude, com a sabedoria, com a respeitabilidade, características estas que constituem um amparo de legitimação para exercer o poder das decisões de alcance público. Também a avaliação da quantidade de valor social atribuída a cada pessoa no sistema de seleção burocrática de massa é realizada por pessoas cuja posição foi legitimada por outras pessoas em outra posição e assim, digamos, numa cadeia de legitimações cuja história perde-se além do alcance da memória individual. O fato é que na cadeia de legitimação do saber não aconteceu nenhuma revolução, nenhuma mudança do poder absoluto para o constitucional, nenhuma mudança da monarquia para a república, etc. A cadeia de legitimação do saber vem em linha direta de descendência. A gramática normativa é o elemento privilegiado nesta linha direta de poder absoluto. Afinal, as ciências e a própria filosofia admitem a crítica e a refutação explícita do que precedeu ou de fases de atividade intelectual. Não é o mesmo para a língua padrão. Uma série de pequenas mudanças caracterizam as gramáticas normativas de diferentes épocas: é assim que uma gramática de hoje estabelece uma norma que certamente é diferente da que encontramos numa gramática do século XVIII ou na gramática de Fernão de Oliveira. Porém, tal como na religião, nos valores morais e éticos, na norma lingüística não aparece uma crítica explícita de fases anteriores. Pelo contrário, a impressão que é transmitida é de continuidade. O paralelo com a religião e a formalização da série de crenças e valores é útil: podemos pensar na distância, em termos de dogmas, práticas e crenças, entre o catolicismo do século XV e o atual. Ainda assim a idéia que é transmitida como característica cen-

tral da igreja é a de continuidade e estabilidade. As metáforas fortemente ideológicas nas quais a figura social do professor, peça-chave do processo burocrático-seletivo da escola do Estado "democrático" moderno, é apresentada como a de cumpridor de uma "missão" (quase que sagrada) do ensino são altamente significativas para pensar este paralelo língua-religião.

Se as pessoas podem ser discriminadas de forma explícita (e não encoberta) com base nas capacidades lingüísticas medidas no metro da gramática normativa e da língua padrão, poderia parecer que a difusão da educação em geral e do conhecimento da variedade lingüística de maior prestígio em particular é um projeto altamente democrático que visa a reduzir a distância entre grupos sociais para uma sociedade de "oportunidades iguais" para todos. Acontece, porém, que este virtual projeto democrático sustenta ao mesmo tempo o processo de constante redefinição de uma norma e de um novo consenso para ela. A própria norma é constantemente redefinida e recolocada na realidade sócio-histórica, acumulando assim ao mesmo tempo a própria razão de ser e o consenso. Os que passam através do processo são diferentes dos que não o conseguiram, e constituem um contingente social de apoio aos fundamentos da discriminação com base na legitimação do saber e da língua de que eles (formalmente) dispõem. Neste sentido, poderíamos dizer que a gramaticalização de muitas línguas européias que aconteceu no século XVI, num contexto histórico específico, continua a se reproduzir de outra forma até nas sociedades "democráticas" com altos níveis de educação. Este processo é em parte devido ao fenômeno, bem conhecido por antropólogos, que Bourdieu e Boltanski (1975) chamam de "amnésia da genesis". A curta memória social e histórica permite um tipo de legitimação que não seria possível se a origem das instituições sociais e o seu significado e função fossem perfeitamente explícitos para todos. A amnésia da genesis, pelo contrário, permite que se aprenda a gramática normativa fora das condições políticas de sua instituição, "contribuindo, assim, para fundar a legitimidade da língua oficial" (Bourdieu e Boltanski, 1975: 6). Esta amnésia leva a um tipo de "explicação" tautológico: já que existe uma norma para ser ensinada, é bom que todo mundo aprenda esta norma. Da mesma forma, muitos rituais são "explicados" pelos nativos de forma tautológica: "fazemos isso porque isso sempre foi feito". Esta idéia de continuidade e de necessidade é um traço fundamental do processo de legitimação.

Processos que são considerados "democráticos" e liberadores, tais como as campanhas de alfabetização, de aumento das oportunidades e dos recursos educacionais, estão muitas vezes conjugados com processos de padronização da língua, que são menos obviamente democráticos e "liberadores". A chave da unidade profunda destes processos é a função, que eles vão assumindo, de instrumentos para aumentar o controle do Estado sobre faixas menos controláveis da população. Os grupos sociais que mantêm poucos contatos com a variedade padrão da língua, que usam e produzem pouco material escrito, são mais di-

fíceis de ser controlados, uma vez que pode faltar a eles um instrumento poderoso para determinar sua posição social relativa. Isso num mundo "democrático", em que outras importantes marcas explícitas de posições sociais podem ser reduzidas. Passar forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as posições sociais e fornecer um mapa da estratificação social com alguns diacríticos relevantes para o reconhecimento de quem é quem: um instrumento a mais para medir a desigualdade social. Neste sentido também a educação é parte de um processo que visa a produzir cidadãos mais "eficientes", isto é, mais produtivos, mais funcionais ao Estado burocrático moderno, abertos para sistemas padronizados de comunicação e prontos para interagir na sociedade.

Estas reflexões nos levam para um segundo nível mais sutil de discriminação lingüística. Este é derivado da idéia de língua como geralmente aceita. A visão tradicional da língua é muito restrita, com uma ênfase forte sobre as estruturas lingüísticas. Como é uma visão derivada da tradição escrita, fatos como "sotaque", prosódia e outras características "menores" não são considerados formalmente como parte da língua, mas obviamente eles desempenham um papel central na real comunicação face a face. Quando os lingüistas e, ainda mais, os donos da gramática normativa fazem referência às estruturas lingüísticas ou às regras, eles fazem referência somente a parte de totalidade dos sinais da comunicação, descontextualizados da totalidade dos sinais co-

municativos que se dão na real interação verbal face a face. Este tipo de abstração permite na realidade uma discriminação que vai além do simples domínio e uso da gramática normativa. Até no caso em que alguém consegue controlar as estruturas gramaticais e o léxico da variedade lingüística padrão, ele ou ela ainda deverá passar através do teste da interação face a face, que implica a produção de uma fonologia e de uma prosódia aceitáveis, um bom controle do tempo, do ritmo, da velocidade e da organização das informações ou dos conteúdos. Além destas características estritamente relacionadas à língua, há outras, tais como as posturas do corpo, a direção do olhar, etc. Tudo isso entra, na realidade, no "julgamento" através do qual uma pessoa tem que passar, mas nada disso está implicitamente mencionado ou legislado na gramática normativa.

Nesta perspectiva, a gramática normativa é um código incompleto, que, como tal, abre espaço para a arbitrariedade de um jogo já marcado: ganha quem de saída dispõe dos instrumentos para ganhar. Temos assim pelo menos dois níveis de discriminação lingüística: o dito ou explícito e o não dito ou implícito. Esta "dupla articulação" da discriminação lingüística foi individualizada e discutida por A. Gramsci no último dos seus cadernos de anotações, de 1935 (1975). Gramsci, trabalhando num contexto cultural como o da Itália, em que a questão da língua nacional continuou viva até o século XIX, se coloca o problema: "o que é a gramática?". A resposta que ele elabora se articula sobre a distinção entre "gramática normativa não escrita" e "gramáti-

ca normativa escrita". Para Gramsci a realidade lingüística nacional é constituída pela articulação destes dois tipos de gramáticas normativas. A primeira é a expressão da sociedade civil, representa um momento de consenso espontâneo à norma lingüística dos grupos sociais hegemônicos. Já a gramática normativa escrita "é sempre uma escolha, um endereço cultural, isto é, é sempre um ato de política cultural-nacional. Poder-se-á discutir sobre a melhor maneira de apresentar a 'escolha' e o 'endereço' para que seja aceita facilmente, isto é, podemos discutir os meios mais oportunos para conseguir a finalidade", mas esta gramática representa um momento de imposição de uma norma lingüística através das instituições do Estado, controladas pela sociedade política. "As gramáticas normativas escritas tendem a abraçar todo um território nacional e todo o 'volume lingüístico' para criar um conformismo lingüístico nacional unitário, que por outro lado coloca o 'individualismo expressivo' num plano mais alto, porque cria um esqueleto mais forte e homogêneo para o organismo lingüístico nacional, do qual cada indivíduo é o reflexo e o intérprete" (Lo Piparo, 1979).

O profundo mal-estar que muitos lingüistas e educadores manifestam de vez em quando, de forma mais ou menos tímida e disfarçada, com relação à gramática normativa é, na realidade, dirigido principalmente contra o que Gramsci chamava de "gramática normativa escrita". Se é verdade que um tipo de "gramática normativa não escrita" existe até em pequenos grupos de sociedades ágrafas onde não se formou o Estado, co-

mo Bloomfield quis demonstrar para o Menomini (1927), certamente onde existe um Estado, uma tradição escrita, a escola e uma gramática normativa escrita, a "gramática normativa não escrita" assume um valor especial, uma função de equilibrador hegemônico que desempenha um papel de apoio e de polarizador de consenso para o núcleo central do poder lingüístico, representado pela gramática normativa escrita, manifestação explícita do poder centralizador e onipresente do Estado.

Referências bibliográficas

Bakhtin, M. e Volóshinov, V. 1978 *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Bloomfield, L. 1927 "Literate and Illiterate Speech". *American Speech 2: 432-439 (reimpresso em Hymes, D., Language in Culture and Society*. New York: Harper & Row, 1964, pp. 391-6).

Bourdieu, P. 1977 "L'économie des échanges linguistiques", em *Langue Française*, 34, Paris: Larousse.

Bourdieu, P. e Boltanski, L. 1975 "Le fétichisme de la langue", em *Actes de la recherche en sciences sociales*, 4.

Castilho, A. Teixeira de. 1973 "O estudo da norma culta do português do Brasil", em *Revista de Cultura Vozes*, 8, Petrópolis: Vozes.

Gramsci, A. 1975 *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell' Istituto Gramsci, A Cura di V. Gerratana, Torino: Einaudi.

Elia, S. 1978 "Romantismo e lingüística", em *O Romantismo*, organização de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva.

Habermas, J. 1976 "Legitimation Problems in the Modern State", em *Communication and the evolution of society*, Boston: Beacon Press.

Houaiss, A. 1960 *Sugestões para uma política da língua*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
Leite de Vasconcelos, J. 1931 *Opúsculos*, vol. IV, Coimbra.
Lemle, M. Naro, A. J. 1977 *Competências básicas do português*, Rio de Janeiro: Mobral.
Lo Piparo, F. 1977 *Lingua Intelletuali, Egemonia in Gramsci*, Bari: Laterza.